

PÁG 2

CCEE apresenta proposta de orçamento, cobrança de emolumentos e atualizações sobre seus temas estratégicos

PÁG 7

Conselho orienta Abraceel a assumir ainda mais liderança em iniciativas sobre monitoramento da alavancagem

PÁG 12

Abertura reduz subsídios e representa melhor alternativa para diminuir tarifa do consumidor cativo remanescente – veja os números

PÁG 14

Comercializador tipo 1 e tipo 2: CCEE propõe detalhes para operacionalizar novos critérios

PÁG 17

Abraceel na Mídia

PÁG 18

Curtas

PÁG 24

E o Congresso?

PÁG 25

Abraceel nas Eleições

PÁG 26

Próxima Semana



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

CCEE apresenta proposta de orçamento, cobrança de emolumentos e atualizações sobre seus temas estratégicos

Matéria em 1 minuto:

- Conselheira Rose Santos indicou os próximos passos sobre segurança de mercado: fechamento das consultas públicas da Aneel sobre monitoramento e garantias, apresentação dos parâmetros e realização de workshop com os agentes até outubro;
- Com MCP travado há muitos anos e diante da magnitude da inadimplência, CCEE informou que estuda proposta para sanear problemas relativos ao GSF e que a perspectiva é apresentá-la para a Aneel em setembro, o que exige atenção dos agentes;
- Após receber sugestões dos agentes, proposta de aperfeiçoamento da governança da CCEE já foi encaminhada ao MME e Aneel, para análise e redação de decreto.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 15.09, a CCEE realizou reunião de interação com as associações para tratar da proposta de orçamento para 2023. Reunião com os agentes sobre a mesma pauta está agendada para o dia 28.09, às 10h30. A Assembleia Geral da CCEE para aprovar ou rejeitar a proposta está agendada para o dia 26.10 em formato híbrido.

Antes de entrar na pauta, a CCEE fez um resumo dos principais assuntos em andamento na Câmara. Foi manifestada preocupação com o mercado regulado, apontando que, com o cancelamento dos leilões, é preocupante que esse espaço seja ocupado pelas térmicas existentes, que têm um custo muito elevado.

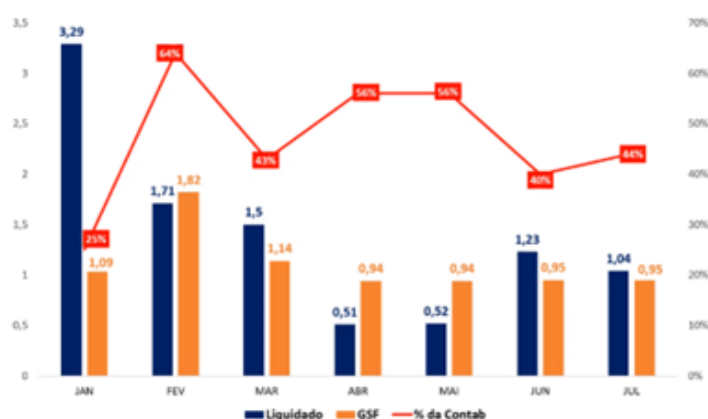


Sobre os impactos dos atrasos e desligamentos das usinas do Procedimento Competitivo Simplificado, foi feita uma estimativa de aumento da despesa da CONER, que é custeada por todos os consumidores, no caso de a Aneel autorizar as usinas a entrarem em operação comercial, na casa dos R\$ 700 milhões por mês.

Em seguida, a CCEE apresentou a representatividade do passivo do GSF na contabilização, que em julho representou 44% do total liquidado. Mesmo com os diversos acordos e ações para tratar a questão, a percepção de adimplência dos agentes ainda é de apenas 24,2%. Foi informado que a CCEE está estudando uma proposta para sanear a questão do GSF que será apresentada para a Aneel em setembro.

Comentário Abraceel: Agentes devem ter atenção ao tema, pois o passivo é de aproximadamente R\$ 1 bilhão e propostas do passado, como aquela discutida na AP 50 da Aneel, buscavam ratear a inadimplência proporcionalmente aos votos na CCEE, o que impactaria sobremaneira o segmento de comercialização.

MCP | Representatividade do passivo do GSF na contabilização



Sobre a proposta de governança da CCEE, foi informado que já foi ajustada às contribuições dos agentes e encaminhada ao MME e Aneel. A Câmara informou que tem agenda com a Secretaria Executiva do Ministério para começar a trabalhar no Decreto para aprovação da nova governança.

Comentário da Abraceel: a despeito de a proposta inicial promover aperfeiçoamentos na governança da Câmara, como o documento consolidado não foi divulgado, não se conhece quais ajustes foram incorporados ou se há uma proposta de minuta de decreto que estabeleça com clareza o papel do novo conselho de administração e da diretoria executiva.

Foi discutida também a expectativa de a Aneel abrir Tomada de Subsídios ainda este semestre que trataria da agregação de medição. A TS também traria aprimoramentos no modelo de comercialização varejista e também deve incluir o suprimento de última instância. Caso isso não ocorra, a perspectiva é que o assunto seja incluído na agenda regulatória da Agência para o próximo ano.

Comentário da Abraceel: a Abraceel esteve reunida com a área técnica da Aneel responsável pela instrução da matéria – a SRM – que não indicou possibilidade de o assunto ter andamento tão célere.

Sobre o possível efeito na CDE dos descontos na TUSD, o conselheiro da CCEE Marcelo Loureiro mencionou que a evolução desta pauta depende da aprovação do PL 414/2021.

MMGD na previsão de carga? Entra ou não entra? Talita Porto comentou o processo de reconstituição da carga considerando a MMGD, tema que, segundo ela, tem que estar muito bem acertado para que possa valer. "Só vai subir uma versão no momento que estiver muito bem estruturado e pronto para ser usado".

A Abraceel havia questionado anteriormente a CCEE sobre qual o instrumento regulatório seria necessário para esse processo da MMGD. A CCEE, em resposta, apontou que *"a aprovação da proposta de representação explícita da MMGD na cadeia de modelos seguirá o rito do CT PMO/PLD, sendo necessária a aprovação junto as Comissões Gestora e Deliberativa, respeitando a previsibilidade de ao menos um mês de antecedência de aviso aos agentes conforme a Resolução CNPE 22 de 2021"*.

Além disso, esclareceu que na atual proposta de representação, a geração de MMGD se caracterizará junto ao bloco de Usinas Não Simuladas Individualmente (UNSI). Dessa forma, está se verificando a necessidade de adequação da antiga REN 843/2019 (hoje REN 1032/22), para a inclusão da MMGD, que, aliás, está em consulta pública, para revisão.

Comentário da Abraceel: Dado o ruído no mercado e a incerteza na discussão, a Abraceel sugeriu que a CCEE ofereça esclarecimentos aos agentes, incluindo os próximos passos na questão. Foi agendada reunião do CT PMO/PLD para 04.10, às 10h, e a Abraceel continua buscando maiores informações junto às autoridades.

Monitoramento entrando nos detalhes algébricos Rose Santos, sobre o tema de segurança de mercado, indicou os próximos passos: (i) fechamento das CPs da Aneel sobre monitoramento e garantias, que estão aguardando movimentação do relator do processo; (ii) apresentação dos parâmetros da álgebra de monitoramento para o mercado, com interação inicial com as associações; (iii) realização de workshop com os agentes até o final de outubro, em que serão apresentadas inclusive as soluções de tecnologia.

Comentário da Abraceel: a Abraceel ouviu da SRM que aperfeiçoamentos no monitoramento da alavancagem devem ser implementados antes da análise da necessidade de alteração no regramento de garantias financeiras, em linha com a visão da Associação.



Sobre modernização do ACR, o conselheiro Marco Delgado discorreu sobre discussões em andamento na Câmara, como (i) flexibilização do patamar de contratação, (ii) otimização do lastro de contrato de cotas de garantia física, (iii) aprimoramento funcional do MCSD, (iv) regulamentação do leilão de descontração, e (v) direcionamento do comprador único. Sobre esses temas, a Abradee comentou que está estudando um modelo de descontração para o dispositivo da Lei 14.120/2021, com apoio de consultorias, e que irá agendar conversas com a CCEE para apresentar suas propostas.

Sobre a certificação de hidrogênio, Rui Altieri indicou que um modelo simplificado dessa certificação será entregue até dezembro e que a CCEE liderará um grupo internacional no Cigré sobre o tema. O mercado de carbono também está sendo analisado.

Comentário da Abraceel: ainda não se sabe com clareza o propósito da CCEE com essas iniciativas, que parecem fugir das atribuições precípuas da Câmara, tampouco que tenham sido discutidas previamente com seus agentes.

Agora sim, o orçamento

A CCEE propõe criar três novos emolumentos. O primeiro para manutenção anual de comercializador e varejista no valor de R\$ 8.872,80 + IPCA, dada a necessidade de reavaliar anualmente o cadastro de comercializadores de acordo com a REN 1014/2022. O segundo, aplicado ao agente que solicita um perfil adicional que demande análise de documentos, como a alteração de classe e habilitação de varejistas, no valor de R\$ 4.200. O terceiro para ser aplicado à operacionalização de atos regulatórios no cadastro dos empreendimentos que tiveram suas unidades geradoras homologadas para operação e que não foram atualizadas pelos próprios associados nos sistemas da CCEE, no valor de R\$ 750 e R\$ 250, a depender da avaliação de serem complexos ou simples.

CCEE	Orçado 2022	Orçado 2023	Variação	
			R\$	%
TOTAL	199.453	218.275	18.822	9%
CAPEX	5.591	5.804	213	4%
01.AQUISIÇÕES	5.591	5.191	-400	-7%
02.PROJETOS	0	613	613	0%
OPEX	193.862	212.470	18.609	10%
03.PESSOAL	125.061	137.811	12.750	10%
04.SERVIÇOS DE ROTINA	39.482	48.387	8.906	23%
05.SERVIÇOS SAZONAIS	3.767	3.457	-310	-8%
06.CLIQCCEE	10.406	11.278	872	8%
07.DESPESAS GERAIS	15.146	11.537	-3.609	-24%



A contribuição associativa mensal com os novos emolumentos seria de R\$ 16,642 milhões, variação de 6,7% em relação 2022, inferior, portanto ao IPCA deste ano. No orçamento, não está incluído o custo do Cepel, pois os valores não estão definidos ainda – estão em discussão com o MME. A previsão é da ordem de R\$ 3 milhões e devem requerer convocação de Assembleia Extraordinária para aprovação.

Também foram apresentadas as melhorias implementadas junto ao Bradesco, como aumento da equipe de atendimento e a criação de área no site da CCEE, com manuais e tutoriais. A CCEE pretende criar para o Bradesco indicadores de atendimento, como tempo de resposta. Também há esforços para a digitalização do processo de abertura de conta. Novas melhorias são previstas para janeiro de 2023.

Por fim, a CCEE informou que já estão trabalhando na definição dos temas estratégicos para o próximo ano.

Comentário Abraceel: chama atenção o aumento de 23% nos serviços de rotina, cujas razões não foram explicitadas, bem como a proposta de cobrança de emolumentos dos comercializadores para manutenção da sua autorização, cujo valor é superior, por exemplo, à mensalidade do associado na Abraceel.





Conselho orienta Abraceel a assumir ainda mais liderança em iniciativas sobre monitoramento da alavancagem

Matéria em 1 minuto:

- Em reunião em São Paulo, na sede da associada Auren Energia, conselheiros sugerem que a Associação, diante do atraso das discussões na Aneel, divulgue proposta própria de monitoramento da alavancagem, estimule a realização de simulações e conduza testes, assumindo ainda maior protagonismo nessa bandeira;

- Após reunião no dia 19.09 para conhecer os parâmetros da CCEE, Abraceel agendará encontro do GT para retomar discussão de proposta própria de monitoramento da alavancagem;

- No programa Abraceel nas Eleições, houve edições das Sextas Livres com coordenadores e representantes das candidaturas de Lula, Ciro Gomes e Simone Tebet, com ações para tentar realizar diálogo com Ministro Adolfo Sachsida.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 15.09, o Conselho de Administração da Abraceel se reuniu na sede da associada Auren Energia, em São Paulo, com participação online das associadas, para discutir a agenda de temas deliberativos e de acompanhamento. Destaque para decisões sobre a bandeira segurança de mercado.

Acompanhamento orçamentário

Frederico Rodrigues, vice-presidente executivo, apresentou a atualização orçamentária e a perspectiva de receitas e gastos para o restante do ano, que não teve restrições apresentadas pelos conselheiros presentes no encontro.

Contratação de escritório de advocacia para aperfeiçoar estatuto social da Abraceel

Bernardo Sicsú, vice-presidente de Estratégia e Comunicação, explicou proposta para aperfeiçoar o estatuto social da Abraceel, para adaptá-lo ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

A oportunidade surgiu em meio às apresentações do projeto Energia Mais Consciente (E=MC²), quando a Abraceel tomou conhecimento da existência de legislação que concede incentivo fiscal para patrocinadores de iniciativas dessa natureza. De acordo com a Lei 9.249/1995, pessoas jurídicas optantes pelo lucro real poderão deduzir da base de cálculo da contribuição social doações até o limite de 2% do lucro operacional bruto.



Com a redução da base de cálculo do imposto, há expressivo ganho de atratividade financeira no projeto (25% a 30% de forma indireta), contudo, para que as doações realizadas tenham benefício fiscal para dedução, a entidade que recebe a doação deve atender ao MROSC.

Os conselheiros aprovaram a contratação da consultoria jurídica, mas ressaltaram que a Abraceel consulte previamente nossa auditoria, de forma a assegurar que as adaptações necessárias no estatuto social não alterem a governança ou dinâmica de funcionamento, tampouco tragam riscos à Abraceel.

Acompanhamento de metas

Frederico Rodrigues apresentou o quadro geral com o andamento das metas e o detalhamento por bandeira.

Abertura de mercado

Destaque para o encerramento da Consulta Pública MME 131/2022, com expectativa para a publicação de portaria ministerial instituindo os parâmetros para promover a abertura do mercado de alta tensão. A Abraceel entregou contribuições e elaborou mapeamento das sugestões de todos os agentes.

A diretoria ainda informou os conselheiros que a Aneel não sinalizou que pretenda abrir discussão sobre a figura do comercializador varejista ainda neste ano. Sobre esse tema, o Conselho pontuou que a Abraceel deva continuar a protestar sobre a criação das figuras de comercializador tipo 1 e 2, medida que atinge apenas a nossa categoria, sem que procedimento semelhante seja estendido aos demais agentes.

Houve também iniciativas para o avanço da abertura do mercado de gás, com ações em favor da redução de barreiras para a comercialização livre em Sergipe, Mato Grosso do Sul, Ceará e Rio Grande do Norte. Com outras associações, a Abraceel também participa da contratação e supervisão de estudo para avançar na desconcentração da oferta de gás no Brasil.

Segurança de mercado

Os conselheiros foram atualizados com relação aos processos inerentes às Consultas Públicas 10 e 11 da Aneel, que tratam de aperfeiçoamentos nas regras de monitoramento e garantias financeiras. Após recentes mudanças ocorridas na Diretoria da Aneel, o diretor Hélio Guerra foi sorteado novo relator. A perspectiva é que a Aneel abra nova CP para debater apenas o monitoramento, em linha com o posicionamento da Abraceel.

Em paralelo, a CCEE informou ter concluído proposta de parâmetros para monitoramento das operações, tema que será apresentado para a Abraceel dia 19.09.



Diante do atraso das discussões, o Conselho sugeriu que a Abraceel assumira ainda maior protagonismo na condução das iniciativas que envolvem segurança de mercado. Os conselheiros orientaram que a associação apresente proposta própria de avaliação de risco e monitoramento, com base na desenvolvida pela Volt Robotics e Elekto, e que estimule as empresas associadas a realizarem simulações. Dessa forma, será possível conduzir testes e assumir a liderança no tema junto à governança setorial.

Previamente, os conselheiros deliberaram que a Abraceel promova encontro do Grupo Técnico para discutir os parâmetros de monitoramento da CCEE e a proposta da associação.

Formação de preços

Os conselheiros foram informados que, com apoio de 16 associações, o FASE endossou carta com propostas sobre melhoria da governança na formação de preços sugerida pela Abraceel.

Também foi informado que haverá reuniões do GT em outubro para discutir o estudo da associada Engie sobre a formação de preços por oferta e a possível realização de conversa com especialista internacional sobre a formação de preços por modelo.

CP 131: mapeamento das contribuições

Alexandre Lopes, vice-presidente de Energia, explicou detalhes do mapeamento realizado pela Abraceel das 69 contribuições enviadas à CP 131/2022, cujo resultado é um cenário favorável, na visão dos agentes, para a abertura do mercado de energia tanto de alta tensão em 2024 como de baixa tensão a partir de 2026.

Além disso, Alexandre Lopes explicou cálculos realizados pela Abraceel que mostram “o custo de não se fazer nada”, demonstrando que a ausência de ação do MME em torno da abertura do mercado de energia gera custos maiores para os consumidores cativos remanescentes, na medida em que os consumidores têm optado pela instalação de sistemas de geração distribuída, modalidade de conta com subsídios maiores.

Estudo EY: atualização e próximos passos

Alexandre Lopes também ofereceu explicações sobre o escopo e o cronograma do estudo que a Abraceel conduz com a EY para oferecer soluções para a abertura completa do mercado de energia, incluindo a baixa tensão. No dia 19.08, haverá reunião do Grupo Técnico para apresentação da evolução do estudo e resultados preliminares. Os próximos passos incluem nova reunião com os participantes do GT no dia 13.10 e em evento presencial em Brasília no dia 26.10 para apresentar as conclusões, incluindo autoridades públicas.



Abraceel nas Eleições: balanço das ações

A Abraceel relatou que realizou eventos com os deputados federais Paulo Ganime e Arnaldo Jardim, além de três edições das Sextas Livres com coordenadores e representantes das candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes e Simone Tebet. Está em curso tentativa de realizar um diálogo entre associadas e o Ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, para apontar as diretrizes da candidatura de Jair Bolsonaro.

Além disso, a Abraceel divulgou os debates com as candidaturas, incluindo mídia e parceria com o Canal Energia, e obteve repercussão das propostas da associação aos presidentes na imprensa.

Planejamento Estratégico

Bernardo Sicsú reforçou pedido para a participação dos representantes das empresas associadas no encontro de Planejamento Estratégico da Abraceel, cuja programação completa já foi divulgada. O evento acontecerá nos dias 03 e 04 de novembro, no Hotel LK Design, em Florianópolis, sendo necessária a inscrição obrigatória para participação pelo e-mail abraceel@abraceel.com.br, devido a limitação de espaço no local. A apresentação completa pode ser acessada [aqui](#).

Sicsú ainda reforçou convite para as associadas integrarem missão internacional que a Abraceel organiza para conhecer a estrutura e o funcionamento do mercado ibérico de energia. Há oportunidade de patrocínio para a iniciativa.





Homenagem a Fábio Zanfelice

Durante a reunião, Fábio Zanfelice, da Auren, fez breve aparição e recebeu homenagem em reconhecimento pela dedicação em favor do setor elétrico e, em especial, ao relevante papel exercido como conselheiro da Abraceel por dois mandatos.



Judiciário defere pedido de tutela de urgência da Abrace para extinguir os limites do PLD

Durante a reunião do Conselho de Administração, foi mencionado o atendimento parcial de medida de urgência postulada pela Associação dos Grandes Consumidores, Abrace, matéria que pode impactar a formação de preços. A Lei 10.848/2004 estabelece que a definição dos preços de energia deve refletir as variações do seu valor econômico. Por outro lado, a Resolução CNPE 03/2013 prevê que o custo do acionamento adicional de térmicas fora da ordem de mérito não deverá ser considerado na formação do PLD, devendo esse custo ser arcado via ESS.

Com essa argumentação, a Abrace impetrou ação civil coletiva questionando a legalidade do ato do CNPE em criar o ESS e da definição pelo Poder Executivo, via Decreto 5.163/2004, dos limites máximo e mínimo do PLD. O Juiz Federal João Carlos Mayer Soares, pela previsão expressa do ESS na Lei 13.360/2016, entendeu ser legal a existência do referido encargo. Por outro lado, em relação aos limites do PLD, apesar das diretrizes da Lei 10.848/2004, o referido juiz entendeu não haver autorização expressa para que o Poder Executivo fixe limites de preço.

Assim, o Juiz deferiu parcialmente a medida de urgência postulada pela Abrace para reconhecer a ilegalidade da criação de preços mínimo e máximo por meio de decreto, pela ausência de previsão legal anterior nesse sentido, determinando a ré (União e Aneel) o prazo de 90 dias para editar nova regulamentação a respeito do tema. A decisão do juiz está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção documentos gerais.

Comentário Abraceel: A Associação acompanhará os desdobramentos da liminar, que ainda deve ser objeto de recurso e cujo prazo é de 90 dias para ajuste na regulamentação da Aneel, a princípio sem qualquer efeito retroativo.



Abertura reduz subsídios e representa melhor alternativa para diminuir tarifa do consumidor cativo remanescente – veja os números

Matéria em 1 minuto:

- Abertura do mercado de energia oferece opção ao consumidor em relação ao modelo MMGD, reduzindo a perspectiva de subsídios dessa modalidade;
- Caso todos os consumidores de alta tensão ainda não elegíveis decidam migrar, o impacto para o consumidor cativo remanescente seria de R\$ 15,30/MWh via MMGD e de R\$ 2,80/MWh via mercado livre;
- Estudo da Abraceel contribui para defender a abertura do Grupo A frente a posicionamentos contrários que apontam subsídios e tarifas maiores para consumidores cativos remanescentes.



Tempo de leitura:

2 minutos

No âmbito da Consulta Pública CP 131/2022, a Abraceel estudou o “custo de não fazer nada”, uma avaliação para demonstrar que a inação do MME no tema da abertura do mercado de energia gera custos maiores para os cativos remanescentes, na medida em que os consumidores do Grupo A têm optado pela instalação de sistemas de geração distribuída, modalidade que conta com subsídios maiores.

Talvez você não saiba, mas atualmente, conforme [dados da Aneel](#), aproximadamente 33% das unidades consumidoras da alta tensão já migraram para a MMGD. São mais de 57 mil unidades consumidoras em um universo de 176 mil cativos no Grupo A.

MMGD na Alta Tensão	
	UCs Atendidas
A1	1.027
A2	485
A3	948
A3a	2.319
A4	51.908
A5	1.056
TOTAL	57.743
Total de cativos no Grupo A	175.632
Fonte: Aneel e CCEE	

O estudo contribui para defender a abertura do mercado de energia em alta tensão frente aos posicionamentos contrários a essa medida, que sustentam que abrir o acesso



do Grupo A ao mercado livre aumentará os subsídios e o custo para a CDE e, consequentemente, vai gerar tarifas mais elevadas para os consumidores cativos remanescentes.

A Abraceel explicou que a abertura do mercado de energia oferece alternativa ao consumidor em relação ao modelo de micro e mini geração distribuídas (MMGD), reduzindo a perspectiva de subsídios dessa modalidade e, consequentemente, a pressão nas tarifas para os consumidores cativos remanescentes.

Isso porque, ao migrar para a MMGD, o consumidor de alta tensão passa a ter, por exemplo, 100% de desconto sobre os encargos cobrados no fio. Na prática, apenas isso representa um desconto quase três vezes superior ao de quem compra no mercado livre de fonte incentivada.

Além disso, conforme a Lei 14.300/22, que trata do marco regulatório da geração distribuída, os custos dos subsídios da MMGD e da sobrecontratação advinda da MMGD serão pagos apenas pelo cativo, via “CDE-Cativo”. Isso ainda não está no radar de muitos, pois a conta foi formalmente criada esse ano e passará a valer a partir do ano que vem. Por outro lado, ao migrar para o mercado livre, o consumidor não deixa de participar do rateio da CDE e, sendo adotada a conta de transição prevista no PL 414/2021, participará também da conta para cobrir eventuais custos de sobrecontratação, rateando esse custo com os cativos.

A Abraceel calculou o impacto das alternativas. Se todos os consumidores de energia em alta tensão ainda não elegíveis, aproximadamente 4 GW médios, decidirem migrar para a geração distribuída, o impacto seria de R\$ 15,30/MWh apenas para o consumidor cativo remanescente. Já a migração ao mercado livre teria impacto de R\$ 2,80/MWh rateada entre todos.

Dessa forma, abrir competição é a melhor alternativa para um mercado que já está aberto, mas de maneira desorganizada.

Essa também é a visão do Ministro de Minas e Energia, que essa semana em evento com empresários em São Paulo defendeu o mercado livre como o caminho para reduzir os subsídios. Confira na matéria do [CanalEnergia](#).



Comercializador tipo 1 e tipo 2: CCEE propõe detalhes para operacionalizar novos critérios

Matéria em 1 minuto:

- Os procedimentos de comercialização são relevantes pois consolidam na CCEE a forma de operacionalizar a nova classificação das comercializadoras em tipo 1 e 2, cuja vigência valerá a partir de maio de 2023;
- É esperado que a área técnica da Aneel analise os documentos e produza uma nota técnica recomendando a abertura de uma tomada de subsídios;
- Submódulos tratam de adesão à CCEE, cadastro de agentes, comercialização varejista e notificação e gestão do pagamento de penalidades e multas.



Tempo de leitura:
2 minutos

Foram disponibilizadas as minutas de Procedimento de Comercialização da CCEE para adequação aos comandos da REN 1.014/2022, sobre critérios de autorização para comercializadores. Os PDCs são relevantes pois consolidam, no âmbito da CCEE, a forma de operacionalizar a classificação das comercializadoras em tipo 1 e 2 a partir de maio de 2023. É esperado que a área técnica da Aneel analise os documentos e produza uma nota técnica recomendando a abertura de uma tomada de subsídios para participação e contribuições da sociedade.

Submódulo 1.1 - Adesão à CCEE

A proposta da CCEE detalha o processo de atualização monetária do valor mínimo do capital social integralizado, que será atualizado com base no IPCA, publicado anualmente pela CCEE a partir do dia 15 de janeiro e com data base de maio de 2023. Com o objetivo de padronizar a forma de atualização, a CCEE utilizou os mesmos parâmetros da atualização do valor mínimo do limite operacional do varejista.

Para adesão de matriz e filiais, é necessário que os valores de capital social integralizado e patrimônio líquido (em caso de comercializador tipo 1) sejam comprovados e atestados individualmente, por matriz e filiais.

Caso o candidato tenha relação societária direta ou indireta com outra empresa inadimplente no âmbito da CCEE, o parecer técnico e a certidão de regularidade emitidos pela CCEE somente serão emitidos mediante a quitação ou caucionamento dos débitos.

A proposta da CCEE ainda considera todas as metodologias de assinatura digital como válidas, nos termos da legislação aplicável.



Submódulo 1.2 - Cadastro de agentes

> Processo de manutenção de autorização para comercialização de energia elétrica

O processo de manutenção da autorização para comercialização deverá ocorrer anualmente, no mês em que foi aprovada a adesão do agente à CCEE.

Para fins de comprovação do patrimônio líquido e classificação do tipo, o agente autorizado deve apresentar à CCEE, até o fim do mês de abril de cada ano: i) declaração do valor do PL, fornecida pelo representante legal do agente, o qual se responsabiliza pelas informações declaradas; e ii) balanço patrimonial auditado referente ao ano fiscal anterior, assinado pelo profissional de contabilidade, com registro profissional regular no Conselho Regional de Contabilidade. Para o agente cuja constituição da sociedade tenha menos de um ano, poderá apresentar balancete mensal ou trimestral em substituição ao balanço patrimonial auditado.

O agente autorizado a atuar como comercializador tipo 2, que tenha registros validados de contratos de venda ultrapassando o limite mensal total de 30 MW médios, deve proceder aos ajustes dos montantes excedentes com a respectiva validação da contraparte.

A CCEE propõe que o agente tenha dois ciclos de contabilização para ajustar os seus montantes e permitir nesse período que a contraparte cubra eventual exposição também. De acordo com os prazos propostos, a CCEE irá divulgar a conclusão de sua análise e classificação do tipo em até cinco dias úteis do recebimento das informações e documentações. Na reclassificação do agente para tipo 2, o início de vigência do novo tipo ocorrerá a partir do primeiro dia do mês subsequente à divulgação da conclusão da análise pela CCEE. Ou seja, o agente tem até o fim de abril para apresentar a documentação e, se a reclassificação for divulgada em maio, a nova classificação passaria a valer a partir de junho.

Caso contrário, o agente estará sujeito à não efetivação dos registros validados dos contratos que ultrapassarem o limite estabelecido, realizada pela CCEE em até MS+10do seguinte a ordem de prioridade prevista na regulamentação vigente. Logo, a não efetivação dos contratos irá priorizar os volumes associados a seguinte ordem: contratos do ACL (inclusive os de venda realizados por varejistas), os Contratos Bilaterais Regulados, contratos do ACR provenientes de leilões de ajuste, de leilões de energia existente, de leilões de energia nova e CCEALs cujo comprador é varejista.

> Alteração no controle societário

Em caso de alteração no controle societário, direto ou indireto, do agente autorizado a atuar como comercializador, as informações da operação devem ser previamente validadas pela CCEE e pela Aneel, antes do registro em órgão competente.

A alteração no controle societário deve ser solicitada à CCEE em sistema específico, para a qual a CCEE terá o prazo de cinco dias úteis para análise. Não havendo pendências, em

até dez dias corridos, a CCEE deve disponibilizar ao agente e à Aneel a conclusão da análise.

Submódulo 1.6 - Comercialização Varejista

A CCEE propõe a elevação do valor mínimo do PL a ser comprovado pelo varejista para R\$ 10 milhões, considerando que é necessário que seja classificado como tipo 1. Dessa forma, o comercializador classificado como tipo 2 não poderá ser habilitado como varejista. O PdC não estipulará atualização anual em relação ao valor mínimo de patrimônio líquido.

Submódulo 6.2 – Notificação e gestão do pagamento de penalidades e multas

CCEE propõe tratar as circunstâncias específicas em que o fato gerador de alguma penalidade possa decorrer de motivo não imputável ao agente, dando amparo jurídico-regulatório para fundamentar o afastamento de tais penalidades.

O Conselho de Administração da CCEE poderá reconhecer a excludente de responsabilidade em circunstâncias nas quais a conduta do agente não tem nexos de causalidade com a desconformidade apurada, tendo decorrido comprovadamente de ato exclusivo de terceiros.

Os casos de ajuste de contrato por não haver aporte de garantia financeira de contraparte não serão tratados como circunstâncias excludentes de responsabilidade para fins de afastamento da penalidade por insuficiência de lastro, visto que seria risco intrínseco da relação bilateral.





ABRACEEL NA MÍDIA



MERCADO LIVRE É RESPONSÁVEL POR 38% DA ELETRICIDADE CONSUMIDA NO PAÍS

I Canal Solar

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



MERCADO LIVRE REGISTRA 655 NOVOS CONSUMIDORES EM 2022, APONTA CCEE

I Mega What

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



ASSOCIAÇÕES REFORÇAM APROVAÇÃO, PELA ANP, DO “CONSELHO DE CARREGADORES”

I Petróleo Hoje

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



ASSOCIAÇÃO DE DISTRIBUIDORAS PEDE PARA SENADORES BARRAREM PRORROGAÇÃO DE SUBSÍDIOS NO SETOR ELÉTRICO

I Petróleo Hoje

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





CURTAS

Finalmente! Aberta consulta pública sobre governança na formação de preços

No dia 13.09, a Diretoria da Aneel discutiu a abertura de CP para revisar a REN 843/2019 sobre governança na formação de preços. O foco dessa revisão é trazer maior clareza, previsibilidade e transparência no procedimento de atualização dos dados de entrada do PMO. Na avaliação da SRG, previsibilidade não deve ser utilizada como sinônimo da antecedência de um mês para atualização de dados, tampouco para garantir uma estabilidade do valor do PLD. A proposta é aplicar o praticado pela CCEE em 2021 com maior delimitação na definição, assim, a antecedência de um mês operativo do PMO seria para i) atualização em dado de entrada decorrente de flexibilização autorizada pelo CMSE e ii) atualização de restrição hidráulica de usinas estratégicas (tipo U1 e U2). O Diretor Hélvio questionou se haveria alguma interferência nas competências da Cpamp, quando foi esclarecido pela SRG que, segundo a CNPE 22/21, a gestão dos dados de entrada para o PMO é de competência da Aneel. A CP 43/22 recebe contribuições por 60 dias, até 14.11. Estratégico, a Abraceel irá em breve discutir o tema com as associadas.

Aneel também abre consulta pública sobre regras de comercialização 2023

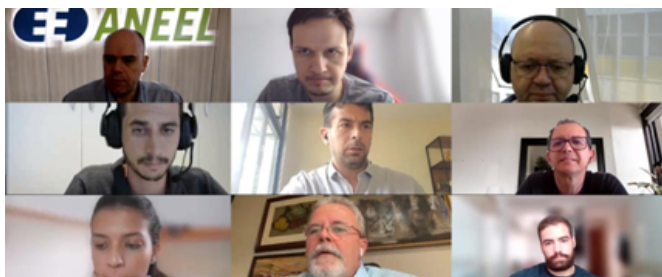
No dia 14.09, a Aneel abriu a Consulta Pública 41/2022, com o objetivo de discutir as Regras de Comercialização que terão validade a partir da contabilização de janeiro de 2023. Os principais pontos em discussão, detalhados no [Relatório Semanal de 22 a 26 de agosto](#), se referem a (i) modelagem de consumidores especiais na CCEE; (i) modelagem de órgãos e entidades da administração pública direta como consumidores especiais na CCEE; e (iii) garantias financeiras do MVE. O prazo para envio de contribuições é até o dia 31.10. Em breve será agendada reunião do Grupo Técnico da Abraceel para discutir o tema.

Enquanto isso, SRM/Aneel prepara propostas para o monitoramento e varejista

No dia 14.09, a Abraceel se reuniu com o Superintendente de Regulação Econômica e Estudos de Mercado, Júlio Ferraz, acompanhado de sua equipe, para discutir temas como tarifa de Itaipu, segurança de mercado e comercialização varejista. Na ocasião, o Superintendente informou que a análise das contribuições das CPs 10 e 11/21, que versam sobre o monitoramento da alavancagem e garantias financeiras do MCP, estão sendo realizadas e a SRM entende que aperfeiçoamentos no monitoramento da alavancagem devem ser implementados antes da análise da necessidade de alteração no regramento de garantias financeiras, em linha com a visão da Abraceel. O tema está sob relatoria do diretor Hélvio Guerra e deverá ser colocado em consulta pública ainda esse ano. Também é esperada a abertura de



discussão pública para aprimoramentos na regulamentação varejista, mas essa deve sofrer atraso em razão de outras prioridades na Aneel.



Nova Convenção Arbitral ressurge, confirma a pauta da Aneel

Estão na pauta da reunião pública da Aneel do dia 20.09 (i) requerimento administrativo interposto pela CCEE para a homologação da nova Convenção Arbitral aprovada em outubro de 2021 e que passará a integrar a Convenção de Comercialização e será obrigatória a todos os agentes da CCEE; (ii) resultado da terceira fase Consulta Pública 39/2021, sobre o sinal locacional das tarifas de uso do sistema de transmissão e distribuição, e a proposta de abertura de duas consultas públicas, (iii) para regulamentar os aspectos econômicos do marco legal da GD e (iv) para discutir a AIR relativa ao acesso à transmissão no cenário de expansão de geradores renováveis eólicos e fotovoltaicos, sendo que essa foi retirada de pauta nesta semana.

Oportunidade: Prefeitura de SP lança consulta para migração de 205 unidades consumidoras

A prefeitura de São Paulo lançou consulta pública para avaliar o estabelecimento de parceria público-privada para a migra-

ção ao mercado livre, gestão e suprimento de energia elétrica de unidades consumidoras da administração direta do município. O fornecimento será destinado a 205 unidades consumidoras da administração direta do município, que totalizam um consumo de 64.324 MWh/ano, que serão supridas pelo mercado livre, obrigatoriamente com rastreabilidade de carbono, durante 35 anos. O critério para julgamento considera o menor preço de energia por MWh, sendo o valor máximo de R\$ 308,49/MWh. Os interessados poderão enviar contribuições até 13.10 e uma audiência pública já está agendada para o dia 06.10 às 10h. Para mais informações, acesse o [edital](#).

Abraceel se reúne com Migratio para discutir regramento do MVE

No dia 12.09, a Abraceel se reuniu com a associada Migratio para discutir possibilidades de aperfeiçoamentos nos regramentos que versam sobre o Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE). Na ocasião, a empresa apresentou sugestões para tornar o mecanismo mais atrativo e seguro, como critérios de preços razoáveis dos lances ofertados, avanços tecnológicos na plataforma e aprimoramentos nas etapas do MVE, incluindo análise instantânea

Geração de energia offshore é tema de consulta pública do MME

O MME abriu as Consultas Públicas 134 e 135/2022, que versam sobre geração de energia offshore. A CP 134/2022 trata dos

principais temas a serem regulamentados em normas complementares, como (i) o detalhamento da delegação à Aneel das competências para firmar os contratos de cessão de uso e para realizar os atos necessários à formalização, e (ii) orientações sobre os prazos e demais condições para a emissão das Declarações de Interferência Prévias (DIPs). Já a CP 135/2022 colherá contribuições sobre a criação, desenvolvimento e utilização de um Portal Único de Gestão das Áreas Offshore para Geração de Energia (PUG-offshore). O prazo de contribuição é até o dia 11.10. Para mais informações, [acesse](#).

CCEE prepara o mercado para reduzir requisitos mínimos de demanda

A partir de 2023, unidades consumidoras com demanda igual ou superior a 500 kW serão classificadas como livres, conforme estabelecido pela Portaria MME 465/19. Assim, desde 08.09, os agentes já podem realizar a solicitação de modelagem para janeiro de 2023, alterando sua condição de especial para livre. A CCEE adotará um novo procedimento para otimizar o processo de apontamento de impeditivos e a identificação dos processos de comunhão que perderiam elegibilidade com a alteração de classe, preservando o direito daqueles que apresentarem essa condição. Em seguida, será encaminhado um chamado aos agentes que se enquadram nessa condição para que confirmem o desejo de ratificá-la. Vale lembrar que a proposta da área técnica da Aneel, de permitir que o consumidor que tenha demanda para se enquadrar como livre isoladamen-

te possa migrar na modalidade de comunhão de carga, ainda não foi deliberada. Nesse sentido, as unidades que, na CCEE, não conseguirem manter a condição de especial para eventual comunhão devem continuar solicitando a análise do caso junto à Aneel. A CCEE realizará uma edição do Momento Capacita para explicar sobre a alteração de enquadramento dos consumidores no dia 22.09, às 10h.



MME cancela mais leilões de 2022

O MME publicou Portaria informando que não serão promovidos os seguintes leilões previstos para 2022: (i) Leilão de Energia Nova A-6, conforme anteriormente divulgado; (ii) Leilão para Suprimento aos Sistemas Isolados; e o (iii) Leilão para Contratação de Reserva de Capacidade na forma de potência. O primeiro foi cancelado em razão da ausência de declaração de necessidade de compra de energia elétrica por parte das distribuidoras de energia, em face do movimento de abertura de mercado de energia, da expansão da GD e da descotização da Eletrobras. O segundo leilão foi cancelado porque a EPE não identificou necessidade de contratação de energia neste ano. Já a contratação de reserva de capacidade foi cancelada porque o MME está elaborando, em conjunto com a EPE e o ONS, estudos para viabilizar um certame pautado pela neutralidade tecnológica e que contemple a possibilidade de contratação de soluções de armazenamento.

Relatório de mídia Abraceel: mais de 200 matérias em julho e agosto

Os relatórios de [julho](#) e [agosto](#) já estão disponíveis na área restrita no site da Abraceel. Os documentos mostram o desempenho da Abraceel na mídia no período, incluindo matérias de destaque e visibilidade nos principais órgãos de imprensa. Foram obtidas 167 notícias para o mês de julho e 132 para agosto em jornais de grande circulação e mídia setorial, entre outros nichos, abordando as iniciativas e bandeiras defendidas pela Abraceel.

Lembra do recurso da Abraceel no caso São Francisco? Dois anos depois, SRG/Aneel nega provimento ao pedido.

Para quem não se lembra, a Abraceel interpôs requerimento administrativo na Aneel, no dia 04 de dezembro de 2020, no qual solicitava o cumprimento da antecedência previsto na Resolução 07/2016 do CNPE para a consideração nos modelos de formação de preço das alterações operativas da Bacia do Rio São Francisco. Ainda naquele mês, a SRG negou provimento ao pedido, o que motivou a Abraceel a entrar com um recurso administrativo contra o despacho da Superintendência, levando a Diretoria da Aneel a reconhecer o pedido de medida cautelar até a análise de mérito. Agora, a SRG publicou nota técnica com a análise do requerimento da Abraceel, concluindo que a implementação das regras operativas do Rio São Francisco estava aderente aos prazos dos procedimentos de rede e res-

peitavam a determinação constante da então vigente Resolução CNPE 07/2016 e da REN 843/2019, indicando que não deveria ser aplicada a regra de antecedência de um mês para sua implementação. Assim, a NT da SRG negou provimento no mérito ao recurso e encaminhou o processo para deliberação da Diretoria Colegiada. O Diretor Giácomo Bassi foi sorteado relator. Vale ressaltar que, durante esse tempo, a o CNPE alterou sua Resolução nº 07/2016 pela de nº 22/2021 e que a Aneel acaba de abrir consulta pública para discutir aprimoramentos nas regras de governança do PLD.

CCEE lança site para facilitar comunicação com banco custodiante

A fim de facilitar a comunicação dos agentes com o banco custodiante das operações de liquidação na CCEE, no caso o Bradesco, a Câmara criou uma página em seu site que consolida as informações referentes aos principais processos realizados junto a essa instituição financeira, como abertura de conta, serviços de gestão das liquidações e processo de caucionamento. A simplificação e a melhoria na comunicação com o banco custodiante são pleitos da Abraceel para aperfeiçoar o processo de migração de consumidores. O site pode ser acessado [aqui](#).

Estudo da PSR para Ministério da Economia sobre implicações da abertura de mercado está disponível

A PSR entregou para a Secretaria de De-



envolvimento de Infraestrutura (SDI) do Ministério da Economia um estudo que avalia implicações financeiras e econômicas, com diversos cenários, do processo de abertura completa do mercado de energia elétrica. O trabalho, com mais de 670 páginas, aborda questões importantes que vêm sendo tratadas também pela Abraceel, como a sobrecontratação de distribuidoras e contratos legados. A íntegra do estudo foi disponibilizada e pode ser acessada [aqui](#).

Workshop sobre o futuro do setor de energia está com inscrições abertas



A Climatedempo Energia realizará o Workshop sobre Transição Energética e o Futuro do Setor de Energia entre os dias 28 e 29 de setembro às 19h. A primeira edição será disponibilizada para o público no formato 100% online e gratuito, reunindo especialistas para comentar temas como riscos climáticos e novas tendências para o mercado, transição energética, hidrogênio verde, PL 414/2021 e

créditos de carbono, entre outros. Estão programadas sessões de debates técnicos e troca de experiências. As [inscrições já estão abertas](#).

Associadas da Abraceel têm 50% de desconto na semana Smart Cities Brasil



A primeira edição da Semana Smart Cities Brasil está agendada para ocorrer nos dias 04 e 05 de outubro em Sorocaba, São Paulo. Neste ano, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento do setor de energias renováveis, o evento englobará as edições do Fórum Move, Energy Storage e Fórum Hidrogênio em uma edição especial. As sessões vão promover debates sobre mobilidade elétrica e veículos elétricos, armazenamento de energia e hidrogênio. Organizado pelo Grupo FRG Mídias & Eventos, a iniciativa será oportunidade para conhecer novidades nessas áreas, que passam por transformações e crescimento. As associadas da Abraceel têm 50% de desconto com o código **ABRACEEL50**. [Acesse](#).

Em live da associada Exponencial, Abraceel discute futuro do mercado livre

Em 15.09, Bernardo Sicsú participou de live promovida pelo Grupo Witzel e pela Exponencial Energia para discutir o futuro do mercado de energia no Brasil. Na ocasião, foi abordada a situação atual e as tendências para o mercado livre de energia no Brasil. A íntegra está disponível no [LinkedIn](#) da Witzel Energia.



Fase pede exclusão de dispositivos inserido na MP 1.118/2022

A Abraceel foi signatária, ao lado de outras 15 associações, de uma carta do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), endereçada ao Presidente do Senado Federal, que manifestou posição contrária à inclusão de emendas alheias ao objeto original do PLV 25/2022, antiga MP 1.118/2022, que trata da incidência de ICMS em combustíveis. O Fórum pede a exclusão de dispositivo que altera a Lei 9.427/1996 e ressalta que a alocação racional dos custos de transmissão está “em discussão técnica qualificada desde 2018” na Aneel que já passou por três consultas públicas. Acesse a [carta na íntegra](#).



710 candidatos a menos – Dos 10.619 candidatos inscritos para disputar uma vaga de deputado federal, 710 foram considerados inaptos pelo TSE e outros 552 ainda aguardam julgamento. Segundo o Tribunal, o candidato inapto não tem habilitação para ser votado na urna eletrônica e caso o eleitor digite o número de um desses candidatos, o voto será nulo. Confira [aqui](#).

Pesquisadores preveem alta taxa de reeleição na Câmara – Dois pesquisadores que acompanham as eleições acreditam que a renovação da Câmara dos Deputados não será alta neste ano. “O parlamentar não concorre à reeleição se ele não tiver muita certeza de que tem grande chance de retornar”, afirma o consultor político Antônio Augusto de Queiroz. Já as mudanças nas regras eleitorais podem reduzir os partidos com representação na casa, dos atuais 23 para cerca de 15. Confira [aqui](#).

PL 414 deve se votado em outubro, segundo Lira – Mas enquanto a Câmara dos Deputados não delibera o PL 414/2021, que continua na comissão especial criada para tratar o tema, o Ministério de Minas e Energia segue trabalhando para abrir o mercado de energia. O encerramento da CP 131/2022 foi mais uma etapa importante nesse processo. É também relevante a convicção do ministro Adolfo Sachsida com relação ao mercado livre. Em participação em encontro com empresários no Lide, o titular da pasta de Minas e Energia disse várias vezes que considera a abertura do mercado de energia para todos os consumidores o melhor caminho para reduzir custos, promover a eficiência e reduzir preços. Mais detalhes [aqui](#).





Comerciais e programas dos candidatos já disponível - O jornal Poder360 compilou os comerciais e programas dos candidatos à Presidência da República. Lula (PT) lidera em tempo de televisão e rádio (3min39s por bloco) e número de inserções (286, ou uma média de 8 por dia). Já Bolsonaro (PL), vem na sequência com 2 min38s e 207 inserções (média de 5,9 por dia). Confira todos os programas comerciais [aqui](#).

Vai ter mais um debate? [Bolsonaro deve ir ao debate presidencial do SBT](#), em 24.09, e [Ciro Gomes também já confirmou](#). Lula e Simone Tebet ainda não demonstraram interesse em participar. O evento será realizado em conjunto pelos canais SBT e CNN Brasil, o jornal O Estado de São Paulo, a revista Veja, o portal de notícias Terra e a rádio Nova Brasil FM.

 **PRÓXIMA
SEMANA**

19.09 - Segunda-feira: Abraceel participa do Comitê de Energia da Associação Brasileira das Agências Reguladoras (ABAR), sobre mercado livre de energia elétrica no Brasil, às 9h;

Reunião do Grupo Técnico da Abraceel com a consultoria EY para apresentar a evolução do estudo sobre abertura de mercado para a baixa tensão, às 14h30;

Abraceel se reúne com a conselheira da CCEE Rose Santos para debater sobre os parâmetros de monitoramento da alavancagem, às 16h.

20.09 - Terça-feira: Abraceel participa da 3ª reunião do Energy Future sobre inovações no setor elétrico, às 10h;

Abraceel participa de reunião com o superintendente de Infraestrutura e Movimentação da ANP, Hélio Bisaggio, para tratar sobre a criação do Conselho de Usuários, às 14h.

21.09 - Quarta-feira: Abraceel coordena reunião ordinária do Fórum do Gás, às 14h;

Bernardo Sicsú participa do webinar da Way2 sobre Open Energy, às 17h.

22.09 - Quinta-feira: Abraceel se reúne com o Ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, para debater a agenda do mercado, às 15h.